



# SEGURANÇA PÚBLICA

BOLETIM INFORMATIVO



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

Edição 05 | NOVEMBRO E DEZEMBRO | 2019

# Índice

- |    |  |
|----|--|
| 04 | Órgão Especial aprova envio de projetos de lei que fortalecerão atuação do Ministério Público baiano |
| 05 | Promulgada emenda constitucional que cria Polícia Penal, para atuar no sistema prisional             |
| 06 | CNJ firmam parceria pela promoção da igualdade de gênero   |
| 07 | Reunião do CISP reúne diversos órgãos em Senhor do Bonfim  |
| 08 | PF deflagra operação para combater sonegação fiscal na Bahia e mais quatro estados                   |
| 09 | Operação do MP apura exclusão irregular de quase 450 multas em 3 meses na Transalvador               |
| 10 | Por 6 votos a 5, STF muda de posição e derruba prisão após condenação na 2ª instância                |
| 11 | Procurador é afastado após dizer que escravidão ocorreu porque 'índio não gosta de trabalhar'        |
| 12 | PGE lança revista e selo comemorativo aos 30 anos da Lei Caó   |
| 13 | MPF acusa 'cônsul' de tentar transferir veículos de luxo para a embaixada da Guiné-Bissau            |
| 14 | “Semana do MP” será iniciada na próxima quarta-feira, dia 11   |
| 15 | Feira: Último investigado na Operação Pityocampa é preso em Salvador                                 |

# Índice

16	Mutirão do MP no município de Mairi resulta em 92 denúncias
17	Operação combate distribuidora que deve R\$ 150 mi em ICMS
18	Empresário é condenado por sonegar fisco estadual em mais de R\$ 800 mil
19	Modelo de humanização no sistema penitenciário é apresentado no MP
20	Reinstalado o Cisp de Jacobina e Piemonte da Chapada
21	Empresa de armas e munições é alvo de operação de combate à sonegação fiscal
22	Curso aborda pilares do sistema trifásico de dosimetria da pena
23	Segunda edição do projeto 'Cienciarte' traz debates sobre direitos sociais no sistema carcerário
24	Conselho de Segurança Pública é instalado na Bahia

## **Órgão Especial aprova envio de projetos de lei que fortalecerão atuação do Ministério Público baiano**

O encaminhamento de dois projetos de lei que promoverão mudanças na estrutura administrativa do Ministério Público baiano e que visam aprimorar a atuação de membros e servidores foi aprovado por unanimidade, pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça. As propostas foram apresentadas pelo chefe de Gabinete, promotor de Justiça Marcelo Guedes, em sessão presidida pela procuradora-geral de Justiça Adjunta Sara Mandra Rusciolelli.

Nas propostas, que serão encaminhadas em breve à Assembleia Legislativa da Bahia, estão previstas a alteração da Lei Complementar nº 11/1996 para criação de novos Órgãos Auxiliares. Serão eles: os órgãos de Planejamento Estratégico e órgãos descentralizados de suporte administrativo e finalístico às Procuradorias e Promotorias de Justiça; os Órgãos Periciais e de Inteligência Criminal e Investigação a Organizações Criminosas; e a Corregedoria Administrativa, que terá como finalidade orientar o desenvolvimento na carreira e correccionar as atividades dos servidores do MP. Este último órgão auxiliar será vinculado ao Gabinete da Procuradoria Geral de Justiça e sua criação se dará em função do quadro de servidores atingir duas mil pessoas em 2020.

Para fortalecimento da atuação do Ministério Público no interior do estado, mais três Promotorias de Justiça serão elevadas para entrância final: Cruz das Almas, Itapetinga e Serrinha. Será criada, ainda, uma gratificação mensal para os membros que exercerem coordenação de Promotoria de Justiça Regionais, no valor de 5% do vencimento, e majorado o símbolo dos cargos dos servidores que atuam como gerente administrativo regional.

## Promulgada emenda constitucional que cria Polícia Penal, para atuar no sistema prisional

Agentes penitenciários serão equiparados aos membros das demais polícias, mas com atribuições específicas, que serão reguladas em lei.



O Congresso Nacional promulgou, em sessão solene, a Emenda Constitucional (EC) 104, que cria a Polícia Penal, órgão responsável pela segurança do sistema prisional federal, estadual e do Distrito Federal. Pelo texto, os quadros da nova corporação serão compostos pela transformação dos cargos dos atuais agentes penitenciários e equivalentes, além da realização de concursos públicos.

A emenda foi promulgada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que também preside a Mesa do Congresso. Alcolumbre destacou que a proposta foi aprovada por unanimidade no Senado. “Não tenho dúvidas de que, mais uma vez, o Parlamento está fazendo o que é certo”, afirmou.



## CNJ e EU firmam parceria pela promoção da igualdade de gênero

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Delegação da União Europeia (EU) no Brasil firmaram declaração conjunta visando a promoção da equidade de gênero e afirmação dos direitos humanos.

A parceria foi formalizada no âmbito da Iniciativa de Apoio aos Diálogos Setoriais da União Europeia – Brasil, inaugurada em 2008 para troca de conhecimentos, experiências e práticas em questões de interesse comum e contínuo.

A assinatura da declaração conjunta foi feita pelo presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, e o embaixador da União Europeia no Brasil, Ignacio Ybáñez, durante a abertura da 301ª Sessão Ordinária do Conselho.

Ao falar sobre a iniciativa, Dias Toffoli disse que a união de esforços entre CNJ e EU objetiva ajudar a superar o problema social da discriminação e da violência contra a mulher em razão do gênero.



## Reunião do CISP reúne diversos órgãos em Senhor do Bonfim

O Comitê Interinstitucional em Segurança Pública de Senhor do Bonfim reuniu integrantes de diversos órgãos, para debater assuntos relativos à área, entre eles a necessidade de vigilantes nas escolas municipais da cidade e a doação de terreno por parte da Prefeitura para construção de uma casa de custódia. O comitê reúne membros do Ministério Público estadual e de outros órgãos. A promotora de Justiça Aline Curvêlo Tavares e o promotor de Justiça Rui Gomes conduziram o encontro, que também discutiu a presença de psicólogos e assistentes sociais nas delegacias da cidade. Além disso, os presentes debateram a manutenção das câmeras de videomonitoramento da cidade. Membros da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Rodoviária Federal, do Conselho Municipal de Educação e representantes do Poder Executivo e Legislativo municipal estiveram presentes no evento. Engenheiro da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap), José Paulo Bitencourt, também participou da reunião e informou sobre a avaliação realizada em alguns terrenos indicados pelo Município para construção do presídio, registrando que parecer deverá ser emitido após a realização de estudo técnico.



## PF deflagra operação para combater sonegação fiscal na Bahia e mais quatro estados

Uma ação conjunta do Ministério Público Federal (MPF), da Polícia Federal (PF) e da Receita Federal do Brasil (RFB), deflagrada, cumpre 31 mandados de busca e apreensão nos estados de São Paulo, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e no Distrito Federal.

A Operação Apáte tem o objetivo de desarticular organização criminosa dedicada à prática de sonegação tributária fraudulenta na fabricação e comercialização de cigarros, além de crimes contra a administração Pública.

Aproximadamente 170 servidores públicos federais estão envolvidos no cumprimento das medidas, que são um desdobramento da Operação Ex-Fumo, deflagrada em 2017 em Pouso Alegre (MG), e se baseiam em elementos de prova obtidos a partir de acordo de colaboração premiada.



Disponível em: <https://www.bnews.com.br/noticias/policia/policia/252411,pf-deflagra-operacao-para-combater-sonegacao-fiscal-na-bahia-e-mais-quatro-estados.html>



## Operação do MP apura exclusão irregular de quase 450 multas em 3 meses na Transalvador

Segundo MP, prática gerou prejuízo de R\$ 84 mil aos cofres públicos. A ação é um desdobramento da operação deflagrada em setembro contra fraude em órgãos de trânsito.

O Ministério Público da Bahia (MP-BA) deflagrou uma operação que investiga exclusão de multas, corrupção ativa e passiva e associação criminosa atribuídas a um funcionário da Transalvador.

A ação é um desdobramento da "Operação Freio de Arrumação", deflagrada em setembro contra corrupção em órgãos de trânsito. Inicialmente, a operação já havia cumprido 11 mandados de busca e apreensão e dois mandados de exibição de documentos públicos no Detran e Transalvador, na capital baiana.

Durante a ação, foram cumpridos dois mandados de busca e apreensão, sendo um na sede do órgão de trânsito, localizada no Vale dos Barris, e ou no bairro de Narandiba. Foram apreendidos documentos, equipamentos eletrônicos, celulares, relógios, computadores, apontamentos e outros bens de valor associados às práticas criminosas.



Disponível em:

<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/12/02/peracao-e-deflagrada-na-sede-da-transalvador.ghtml>

# Por 6 votos a 5, STF muda de posição e derruba prisão após condenação na 2ª instância

Com a decisão, réus condenados só poderão ser presos após o trânsito em julgado, isto é, depois de esgotados todos os recursos. Antes disso, somente serão permitidas as prisões preventivas.

Por 6 votos a 5, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu derrubar a possibilidade de prisão de condenados em segunda instância, alterando um entendimento adotado desde 2016.

Na quinta sessão de julgamento sobre o assunto, a maioria dos ministros entendeu que, segundo a Constituição, ninguém pode ser considerado culpado até o trânsito em julgado (fase em que não cabe mais recurso) e que a execução provisória da pena fere o princípio da presunção de inocência.

O voto de desempate foi dado pelo presidente do tribunal, ministro Dias Toffoli, o último a se manifestar.



Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/07/por-6-votos-a-5-stf-muda-de-posicao-e-derruba-prisao-apos-condenacao-na-2a-instancia.ghtml>

# Procurador é afastado após dizer que escravidão ocorreu porque 'índio não gosta de trabalhar'

O Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Pará decidiu, no dia 28 de novembro, instaurar um processo administrativo contra seu ouvidor-geral, procurador Ricardo Albuquerque, e aceitar o seu afastamento temporário. Na quinta, vazou um áudio no qual Albuquerque afirma que “o problema da escravidão no Brasil foi porque o índio não gosta de trabalhar”.

O procedimento vai apurar se a conduta dele foi incompatível com o exercício de ouvidor-geral e se ele deve ou não permanecer no cargo. O Colégio também homologou o pedido de afastamento feito pelo próprio Albuquerque até que se conclua o processo administrativo, instaurado pela Corregedoria do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).



Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/procurador-do-pa-e-afastado-apos-dizer-que-indio-nao-gosta-de-trabalhar/>

# PGE lança revista e selo comemorativo aos 30 anos da Lei Caó



A Procuradoria Geral do Estado (PGE) lançou, na manhã desta terça-feira (12), o selo e a revista comemorativa ‘30 anos da Lei Caó’. A Lei 7.716/89, de 5 de janeiro de 1989, criminalizou o racismo no Brasil e foi proposta pelo jornalista, advogado e político soteropolitano Carlos Alberto Caó de Oliveira. A homenagem faz parte das atividades do Novembro Negro 2019 da PGE.

“A Lei foi um evento muito importante para o Estado Democrático, mas, lamentavelmente, depois de 30 anos, ainda somos obrigado a usá-la. São pessoas como Caó que temos que saudar. A própria revista traz aspectos jurídicos e depoimentos da figura que ele foi, da importância dele no cenário nacional e do esforço que ele fez para criar essa lei”, declarou o procurador geral do Estado, Paulo Moreno.

A solenidade de lançamento contou com a apresentação do Quarteto do Coro Juvenil do Neojibá e com a presença de autoridades e representantes de diversos órgãos estaduais e federais que colaboraram com a revista.

# MPF acusa 'cônsul' de tentar transferir veículos de luxo para a embaixada da Guiné-Bissau

O Ministério Público Federal (MPF) acusa o auto-intitulado cônsul da Guiné-Bissau, Adailton Maturino dos Santos, de tentar transferir a propriedade de veículos de luxo para a embaixada do país. A denúncia foi mencionada na decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), expedida, pelo ministro Og Fernandes.

O investigado foi preso na última semana, no âmbito da Operação Faroeste, deflagrada pela Polícia Federal para apurar supostos crimes de venda de decisões judiciais envolvendo magistrados do tribunal baiano.

Ainda segundo denúncia do MPF, os veículos eram dos modelos Porsche Cayenne, Porsche Panamera, Mercedes Benz AMG, Ford Ranger, Jeep Renegade. O órgão federal também afirmou que a transferência dos carros seria uma tentativa de Adailton se tornar diplomata e ficar imune ao sistema penal brasileiro.



## “Semana do MP” será iniciada na próxima quarta-feira, dia 11

Uma série de serviços do Ministério Público estadual será disponibilizada à população de Salvador na próxima quarta-feira, dia 11, na Estação da Lapa. Promotores de Justiça e servidores do órgão participarão de mais uma edição do projeto 'MP Cidadania', que será realizada a partir das 8h com a presença da procuradora-geral de Justiça Ediene Lousado e do coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) do MP, promotor de Justiça José Renato Oliva. O evento abre a programação da 'Semana do Ministério Público 2019', que vai até o dia 13, com o tema '410 anos de avanços e desafios'. Serão realizados, das 9h às 17h, reconhecimentos de paternidade, acordos de alimentos, solicitação de segundas vias de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, orientação e encaminhamento jurídicos e recebimento de denúncias. Os cidadãos também receberão orientação e atendimento básicos de saúde, inclusive bucal, com aferição de pressão arterial, níveis de glicemia, peso e altura.

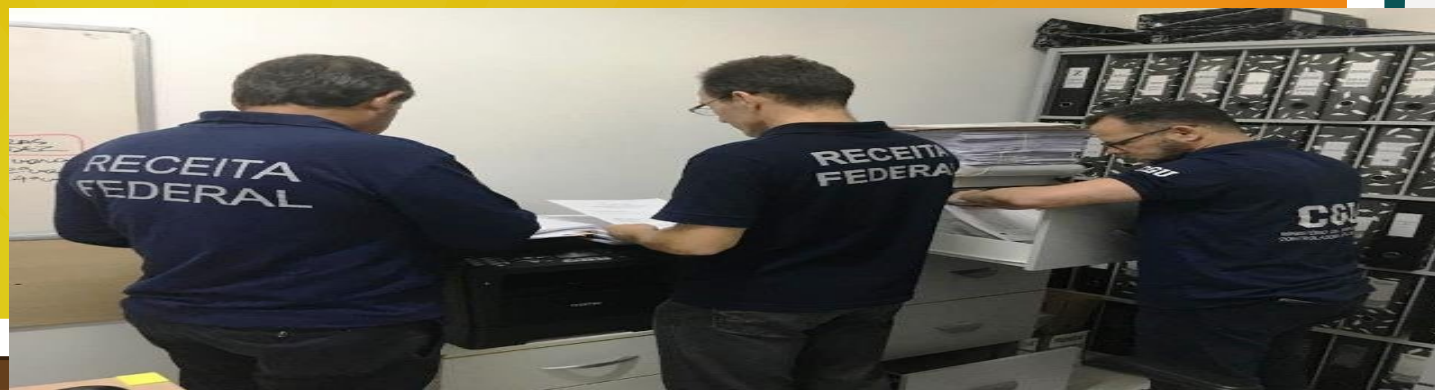
Nos dias 12 e 13, procuradores e promotores de Justiça estarão reunidos para participar das atividades da 'Semana do Ministério Público 2019'. Dia 12, as palestras abordarão os temas 'Novas perspectivas para os direitos humanos: interesse público e os desacordos morais razoáveis', 'Inteligência e investigação: a sistemática de trabalho da CSI e do Gaeco', 'Combate à exploração sexual' e 'Acolhimento institucional'. Dia 13, o encerramento da Semana do MPo será marcado pela entrega do prêmio 'Executor Destaque' aos integrantes da instituição envolvidos na execução de programas e projetos estratégicos e reconhecidos pela gestão de excelência. Este ano, a 'Semana do MP' conta com o patrocínio da Editora Fórum, Ferbasa, Bracell e Bahiagás, além do apoio institucional da Fundação José Silveira.

# Feira: Último investigado na Operação Pityocampa é preso em Salvador

Após quase um ano foragido, Robson Xavier de Oliveira, conhecido como Robinho, foi preso no bairro de Itapuã em Salvador. O contador é o último investigado da 'Operação Pityocampa' deflagrada pelo Ministério Público de Feira de Santana, que desarticulou um esquema de fraude a licitações e superfaturamento em serviços de saúde na cidade.



Disponível em:  
<https://www.bnews.com.br/noticias/jusnews/justica/251376,feira-ultimo-investigado-na-operacao-pityocampa-e-preso-em-salvador.html>



# Mutirão do MP no município de Mairi resulta em 92 denúncias

A Unidade de Apoio a Atividade Finalística (UAAF) do Ministério Público estadual analisou mais de 200 processos e inquéritos policiais durante mutirão realizado no município de Mairi, que fica a 296 km de Salvador. Entre as manifestações, foram realizadas 92 denúncias e 62 arquivamentos de processos. O mutirão foi coordenado pelo promotor de Justiça Luciano Valadares e contou com a participação de cinco servidores da Instituição. As atividades consistiram no apoio e assessoramento em manifestações de natureza criminal, inquéritos policiais, termos circunstanciados e alegações finais, totalizando 240 manifestações. “Esse trabalho tem um forte impacto na sociedade, na medida que contribui para o combate à impunidade”, ressaltou o promotor de Justiça Luciano Valadares. As manifestações jurídicas dos assessores serão lançadas no Idea, sistema informatizado de cadastramento de processos do MP.





# Operação combate distribuidora que deve R\$ 150 mi em ICMS

O Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos do Rio Grande do Sul (CIRA/RS), formado por Ministério Público, Receita Estadual e Procuradoria-Geral do Estado, cumprem mandados de busca e apreensão em Canoas e Porto Alegre para combater um esquema de um grupo de empresas do ramo farmacêutico que deve cerca de R\$ 150 milhões em ICMS. Com o apoio da Brigada Militar, são cumpridos mandados em oito residências na Capital e seis empresas em Canoas.

As investigações, iniciadas a partir de relatório de verificação fiscal da Receita Estadual, dão conta de uma fraude fiscal estruturada em que um grupo familiar empresarial, que detém a operação de um conglomerado formado por uma atacadista de medicamentos com sede em Canoas e empresas que distribuem os remédios em farmácias de todo o país, são suspeitos de praticarem crimes como sonegação de impostos, blindagem patrimonial para a ocultação dos efetivos administradores e beneficiários do esquema, além de organização criminosa.

Segundo o promotor de Justiça Aureo Braga, a forma de operação do grupo empresarial transborda a sonegação, pois vem praticando diversas fraudes tributárias com repercussão na concorrência desleal em razão de não pagar os impostos, vendendo mercadorias abaixo dos patamares normais e retirando do mercado ou impondo dificuldades para as empresas que trabalham na legalidade.

# Empresário é condenado por sonegar fisco estadual em mais de R\$ 800 mil



Disponível em:  
<https://www.mpba.mp.br/noticia/48936>

O empresário George Araújo Brandão de Sá, sócio da empresa Allimed Comércio de Material Médico Ltda. foi condenado por crime de apropriação indébita tributária pela 1ª Turma da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), que acatou recurso impetrado pelo Ministério Público estadual. Segundo a decisão, o empresário pagará indenização de R\$ 90 mil como substituição de pena privativa de liberdade. O montante sonegado em valor atualizado foi de aproximadamente R\$ 825,3 mil e está sendo cobrado via execução fiscal na área cível.

O acórdão foi proferido e reformou sentença da Justiça em primeira instância. George Brandão havia sido absolvido da denúncia oferecida pelo MP, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal (Gaesf), que apontou para prejuízos aos cofres públicos estaduais pelo não pagamento em 19 vezes do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

No acórdão, os desembargadores afirmam que, como apontado pelo MP na denúncia, ficou comprovado o dolo do empresário em sonegar o imposto devido, já que “se o comerciante embute no preço final de venda valor que o ressarce do imposto que pagará oportunamente, e não o faz, resulta claro que ocorreu uma retenção de fato e, então, o delito previsto no inciso II, do art. 2º, da Lei 8.137/90”. Conforme a denúncia do MP, que se baseou em informações da fiscalização fazendária, a sonegação ocorreu entre janeiro de 2015 e junho de 2016 e de dezembro de 2016 a fevereiro de 2017.

## Modelo de humanização no sistema penitenciário é apresentado no MP

O modelo prisional desenvolvido pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) no Brasil e em outros 12 países foi apresentado durante o seminário 'Sistema Prisional em Pauta', na sede do Ministério Público estadual, no CAB. Realizado pelos Centros de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp) e Criminal (Caocrim) e pela Unidade de Monitoramento da Execução da Pena (Umep), com o apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), o evento foi marcado ainda pela assinatura de um termo de cooperação técnica entre a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado da Bahia (Seap), a Faculdade Social da Bahia (Unisba), o Instituto Federal da Bahia e a Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública para desenvolver pesquisas, trabalhos de extensão e cursos no âmbito do Sistema Penitenciário da Bahia.



Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/area/CEOSP/noticias/48933>

## Reinstalado o Cisp de Jacobina e Piemonte da Chapada

Uma reunião realizada dia 6 de dezembro, marcou a reinstalação do Comitê Interinstitucional em Segurança Pública (Cisp) de Jacobina e da região do Piemonte da Chapada. O encontro foi coordenado pelas promotoras de Justiça Anna Karina Vasconcelos, cogerente do projeto Cisp, e Tarsila Honorata, coordenadora do comitê regional. Na ocasião, as promotoras destacaram a importância do projeto para aumentar a efetividade do combate à criminalidade na região através da integração entre diferentes órgãos. Também participaram da reunião representantes da Prefeitura, do Serviço Municipal de Tráfego e Transporte, da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Conselho de Segurança Pública de Jacobina, da Câmara de Diretores Lojistas, da Câmara de Vereadores e da Associação Comercial e Industrial de Jacobina.

A implantação de um sistema de videomonitoramento em Jacobina foi o principal tema debatido na reunião. De acordo com a promotora Tarsila Honorata, o sistema “trará mais segurança para toda a população, bem como uma maior efetividade na elucidação de crimes praticados na cidade”. Ao final do encontro, foi acordado que o presidente da Câmara de Vereadores da cidade debaterá, junto à Prefeitura, formas de custear o sistema de câmeras. A instalação do sistema é estimada em cerca de R\$35 mil reais, além dos valores de manutenção. A próxima reunião do Cisp Jacobina e Piemonte da Chapada acontecerá em janeiro de 2020.

# Empresa de armas e munições é alvo de operação de combate à sonegação fiscal

A empresa "Sniper", do ramo de venda de armas e munições, acusada de dever mais R\$ 50 milhões aos cofres públicos foi alvo de uma operação deflagrada pelo Ministério Público estadual, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo e a Economia Popular (Gaesf), a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), e a Polícia Civil do Estado da Bahia. Denominada "Operação Enyo", a ação cumpriu seis mandados de busca e apreensão em Salvador, expedidos pela 1ª Vara Criminal. Durante a operação, o proprietário da empresa, Alexandre Lobo Pinto, foi preso preventivamente por tentar ocultar e destruir provas, informou o coordenador do Gaesf, promotor de Justiça Hugo Casciano de Santana. O promotor acrescentou que os bens apreendidos poderão ser usados para restituir os cofres públicos, por meio da atuação do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira). Até agora, a Justiça já bloqueou R\$ 2,5 milhões das contas dos investigados.



# Curso aborda pilares do sistema trifásico de dosimetria da pena

Procuradores e promotores de Justiça, servidores e estagiários da área criminal do Ministério Público estadual participaram do curso 'Dosimetria da Pena', ministrado pelo juiz da 12ª Vara Criminal de Salvador e doutor em Ciências Jurídicas e Sociais Ricardo Schmitt. Promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminal e Centro de Apoio Operacional Criminal (Caocrim), o evento segue até amanhã, no Salão Nobre da sede do MP no CAB.

Diante de uma plateia com mais de 100 participantes, o magistrado apresentou e desdobrou o que, segundo ele, a doutrina e a jurisprudência identificam, com base no artigo 68 do Código Penal (CP), como os três pilares do sistema trifásico de dosimetria da pena: o princípio constitucional da individualização da pena, a hierarquia das fases para aplicação da pena e o princípio da proporcionalidade. “Não posso começar o estudo do instituto da dosimetria da pena a partir do Código Penal. Antes tenho que entender seus eixos principais, os três pilares do sistema trifásico”, afirmou. Schmitt destacou que estudos recentes têm demonstrado que se, por um lado, apenas 0,6% dos recursos avaliados nos últimos dez anos pelos tribunais superiores (STJ, STF) resultem em alteração de mérito do julgamento, por outro o processo de dosimetria “tem sido constantemente revisado pelos tribunais superiores, para mais ou para menos”.



## Segunda edição do projeto 'Cienciarte' traz debates sobre direitos sociais no sistema carcerário

Uma discussão sobre a garantia e efetivação dos direitos sociais no sistema carcerário no mundo abriu o ciclo de debates do '2º Seminário de Políticas Públicas: Direitos Sociais', cuja realização integra a programação da segunda edição do 'Cienciarte'. O projeto é desenvolvido pela Universidade Salvador (Unifacs) com o apoio do Ministério Público do Estado da Bahia, por meio da Unidade de Monitoramento de Execução da Pena e Medidas de Segurança (Umep), coordenada pelo promotor de Justiça Edmundo Reis.

Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/noticia/48621>



## Conselho de Segurança Pública é instalado na Bahia

O Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social da Bahia (Conesp-Ba) foi instalado durante a primeira reunião ordinária do colegiado. O encontro aconteceu na sede da Secretaria de Segurança Pública e teve a presença de representantes dos órgãos que compõem o colegiado, como o Ministério Público estadual. Na pauta da reunião constaram a apresentação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), do plano estratégico do Susp e de uma minuta do regimento interno.

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social do MP (Ceosp), o procurador de Justiça Geder Gomes representa a instituição no colegiado e participou da reunião. Foram debatidas ainda informações sobre a eleição dos conselheiros representantes de entidades profissionais de segurança pública e entidades ou organizações da sociedade civil cuja finalidade esteja relacionada com a temática. A título de contribuição, o MP apresentou o edital do Conselho de Segurança Pública do Tocantins, que regula a eleição, para servir de base para a Bahia.





# Expediente

## CEOSP

### Coordenador

Geder Luiz Rocha Gomes

### Equipe

Renato Mendes Costa Figueiredo – Assessor Jurídico

Carollina Aragão Ferreira Binda – Analista Jurídico

Roberto Catai Ferreira Junior – Assistente Técnico-Administrativo

Henilda Amaral de Melo – Oficial Administrativo

Adoniza do Nascimento Dias Gomes – Analista Técnico – Assistente Social

Sandra Maria Brito Silva – Analista Técnico – Assistente Social

Alex Ferreira Santana – Estagiária de Direito

Anderson Vinicius de Jesus Pereira – Estagiário de Ensino Médio

Kadija Teles Borges – Estagiária de Administração

Daniele Viana Silva Santos – Estagiária de Serviço Social

Juliane Lisboa Bispo – Estagiária de Serviço Social



ceosp@mpba.mp.br

71 3103-0381

71 3103-0382

71 3103-0383



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA  
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP  
5ª Avenida, nº 750, sala 129, CAB – Salvador, BA – Brasil – CEP 41.745-004



Edições Anteriores  
Clique aqui

índice

